

O perfil das rádios educativas do Piauí. Desafios, perspectivas e frustrações do fazer comunicação radiofônica e educação¹

Orlando Maurício de Carvalho Berti²

UESPI – Universidade Estadual do Piauí – campus Pirajá (Teresina – PI)

Yasmim Helleen Cunha³

UESPI – Universidade Estadual do Piauí – campus Pirajá (Teresina – PI)

Resumo

O artigo traz o panorama e perfil das rádios educativas do Piauí. São pontos de partida os entendimentos desses perfis, os debates sobre os desafios, perspectivas e frustrações da feitura, ou tentativa de fazer, comunicação radiofônica educativa no 9º maior estado em extensão territorial do País. Metodologicamente baliza-se na conceituação de comunicação educativa, notadamente radiofônica, levando-se a origem da rádio no País (que nasce com intuito de difundir questões educacionais), passando para a situação piauiense através da aplicação de protocolos de pesquisa, ouvindo-se agentes dessas emissoras e ainda refletindo-se sobre essas situações. Nota-se que as rádios educativas do Piauí passam por sérias dificuldades de funcionamento e de manterem suas identidades comunicacionais e legais sobre suas funções de serem canais educativos. Dois terços delas não está em funcionamento.

Palavras-chave: Comunicação; comunicação social; rádio; rádio educativa; Piauí.

Introdução

Qual o papel da Universidade nos fenômenos comunicacionais contemporâneos? Esta pergunta, para alguns é bem genérica, irrespondível, ou geradora de polêmicas. Para a gente é um mantra. Tentando responder e vivenciar a resposta àquela indagação é que surge a ideia de estudar as rádios educativas no Piauí. O meio rádio ainda continua sendo de grande impacto no estado piauiense, a nona maior unidade federativa brasileira

¹ Trabalho apresentado na IJ06 – Interfaces Comunicacionais – XV Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Pós-doutor em Comunicação, Região e Cidadania pela UMESp – Universidade Metodista de São Paulo. Doutor em Comunicação Social pela UMESp, com estágio doutoral na Universidad de Málaga (Espanha). Mestre em Comunicação Social pela UMESp. Especialista em Comunicação Institucional pela UFPI – Universidade Federal do Piauí. Especialista em Docência Superior pela FSA – Faculdade Santo Agostinho. Bacharel em Comunicação Social – Jornalismo – pela UFPI. Professor, pesquisador, extensionista e diretor de Relações Internacionais da UESPI – Universidade Estadual do Piauí. Líder do Grupo de Pesquisa em Comunicação Alternativa, Comunitária, Popular e Tecnologias Sociais da UESPI. E-mails: orlandoberti@yahoo.com.br ou berti@uespi.br. Orientador deste trabalho e da pesquisa de Iniciação Científica.

³ Acadêmica do 5º Período do curso de Bacharelado em Jornalismo da UESPI (Universidade Estadual do Piauí), campus Poeta Torquato Neto (Pirajá), em Teresina (PI). Bolsista de Iniciação Científica no PIBIC/UESPI/CNPq. Membro do Grupo de Pesquisa em Comunicação Alternativa, Comunitária, Popular e Tecnologias Sociais da UESPI. E-mail: yasmimhcunha@outlook.com

em extensão territorial. Segundo o IBGE (2019), com seus 251.616,823 quilômetros quadrados e população estimada de 3.264.531 habitantes o Piauí tem 224 municípios e menos de 20 rádios educativas. Se o Piauí fosse um país seria o 41º maior do mundo em termos de território, maior do que mais de 77% das federações mundiais contemporâneas. Tamanho escopo foi o pensamento inicial para a feitura deste artigo, notadamente para dar respostas à própria sociedade para quem são, o que fazem e como atuam as rádios educativas atuantes em território piauiense.

As rádios educativas brasileiras encontram-se no status da radiodifusão voltada para complementar a instrução formal com o intuito de mobilizar, instigar a participação e a construção de uma sociedade onde a democracia é essencial.

As emissoras de rádio educativa, como os próprios meios de comunicação sonora em si, têm o papel de deixarem apenas de ser simulacro da representatividade, levando-se em conta uma perspectiva *badrillardeana* (1991) para passarem a ser um exercício das pluralidades das diferenças e das próprias contemporaneidades sociais, tão díspares, atomizadas, paradoxais e necessitadas de conagração, avançando para perspectivas modernas e contemporâneas da própria representatividade de um meio de comunicação social.

Este artigo reflete as conclusões e finalizações da pesquisa de iniciação científica “*O Perfil das Rádios Educativas do Piauí*”, que faz parte do PIBIC/Uespi/CNPq – Programa Interno de Bolsas de Iniciação Científica da Uespi – Universidade Estadual do Piauí, financiado pelo CNPq – Conselho Nacional de Pesquisa, realizada entre agosto de 2018 e junho de 2019. A pesquisa vislumbra a função social, e comunicacional, da universidade em dar respostas às demandas sociais, contemporâneas (ou não) oferecendo pontos de debate e reflexão e também questões à própria sociedade e essas emissoras sobre seus andamentos e atuações entremeio à Comunicação Social.

Estudar as rádios educativas, em um Brasil que teve sua mídia sonora praticamente iniciada como educativa, é voltar ao passado e também entender o presente e suas interfaces contemporâneas sobre o status das rádios educativas contemporâneas.

Mas por que as rádios educativas?

Já existe, ao menos, uma variedade média de levantamentos qualitativos e quantitativos no Piauí sobre rádios comerciais e comunitárias. Esses dois tipos são as que mais proporcionam regionalidades no território piauiense, como trata Orlando

Maurício de Carvalho Berti (2014). Por causa das nebulosidades sobre as rádios educativas em si, ainda insipientes no estado, é feito este estudo e suas respostas são socializadas como ponto zero para futuros outros estudos e, notadamente, complementações e releituras.

Como frisa Luiz Artur Ferrareto (2000) o rádio é o jornal de quem não sabe ler; é o mestre de quem não pode ir à escola; é o divertimento gratuito do pobre; é o animador das novas esperanças; o consolador de enfermo; o guia dos sãos, desde que o realizem com espírito altruísta e elevado. Bem como, complementamos, é o meio que também promove e instiga educação e tem o poder de construir melhores dias individuais e coletivos.

O objetivo deste artigo é fazer algumas reflexões sobre o funcionamento das rádios educativas do Piauí, sobre os desafios no que se refere a atual realidade das 18 emissoras autorizadas a funcionar no estado até o fim de junho de 2019 (marco temporal de finalização do artigo), bem como entender o papel que elas têm desempenhado, além de apresentar as dificuldades se de instaurar uma rádio desta modalidade no Piauí.

Metodologicamente partiu-se de três pontos. O primeiro ponto foi de caráter teórico, buscando-se conceituações sobre o que é uma rádio educativa, suas faces e interfaces. Depois partiu-se para uma perspectiva mais pragmática, procurando-se, fazer levantamentos primários de quais são e onde estão as rádios educativas autorizadas a funcionar no Piauí. Parte-se dos dados oficiais da Anatel – Agência Nacional de Telecomunicações e também do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para chegar-se às questões práticas de aplicação de protocolo de pesquisa. Nessa parte pragmática contatou-se as rádios em si. Quando não era possível, partia-se para busca de comunicadores da cidade, depois para personalidades da cidade. Por questões logísticas, visto que o Piauí tem distâncias muito grandes, todos os contatos foram realizados através de contatos telefônicos, via Whatsapp e ainda por redes sociais ou em todas as modalidades juntas. O levantamento prático foi realizado em oito meses, chegando-se à fase posterior da pesquisa. O terceiro, e último momento, metodológico foi a análise do que foi aferido, notadamente construindo-se respostas e reflexões sobre o que foi encontrado. Vários desses pontos estão socializados nesse material e constam o compromisso científico e social de compartilhamento de conhecimento.

Ressalta-se que o caminho a se percorrer ainda é longo, considerando que apesar dos avanços as emissoras de cunho educativo permanecem em segundo plano, assim como sua fiscalização, no que diz respeito a programação exclusivamente de caráter educativo. Visto que um dos pontos analisados é se realmente elas se consideram educativas, se realmente têm proporcionado educação nos lugares e regiões em que estão inseridas e se têm um papel diferencial realmente educativo e socializador.

A partir desses desafios, a então pesquisa vem analisar investigar e colher resultados sobre o contemporâneo funcionamento das 18 rádios autorizadas a operarem em ondas sonoras de FM no Piauí.

1 – O papel educativo dos meios radiofônicos. O rádio nasce educativo no Brasil

No Brasil, como praticamente em todo o mundo, o rádio expandiu-se, multiplicou-se, vivenciou novos gêneros, fez história, trouxe muita informação, entretenimento, polêmicas, para alguns, até alienação, chegando ao final da segunda década do Século XXI como um meio de comunicação social consolidado e múltiplo, inclusive voltando-se também às suas origens que é a educação, mesmo de maneira indireta, via entretenimento e informação.

O rádio nasce educativo no Brasil, notadamente com a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, em 1923, que tinha a função social de compartilhar conhecimento. Liara Avelar (2004) fala da saga dessa emissora e como ela inspirou outras a serem educativas e depois vivenciar questões do entretenimento.

No Brasil, oficialmente, somente em 1999, é que, entre a multiplicação de tipos de emissoras de rádio (só para citar algumas maneiras: comerciais, universitárias, públicas, comunitárias, legislativas, judiciárias) foram expandidas, abarcando e oficializando as emissoras que operariam como rádios educativas.

Através da Portaria Interministerial 651, assinada em abril de 1999 pelos então ministros da Educação, Paulo Renato Souza, e das Comunicações, Pimenta da Veiga (LEX MAGISTER, 2019) instituiu-se a previsão de funcionamento no Brasil por meio emissão por sons e imagens de emissoras educativas no Brasil. Esse documento define os critérios para autorização e permissões com fins exclusivamente educativos, além dos critérios para as outorgas de concessão desse tipo de emissora. O documento foi um marco para disciplinar, legalizar e trazer garantias legais do que realmente é uma rádio educativa, bem como de mostrar para as gerações presentes e futuras o resgate inicial

das funções educacionais dos meios de radiodifusão sonora através de ondas. Vejamos a seguir os principais pontos desse dispositivo legal:

Art. 1º – Por programas educativo-culturais entendem-se aqueles que, além de atuarem conjuntamente com os sistemas de ensino de qualquer nível ou modalidade, visem à educação básica e superior, à educação permanente e formação para o trabalho, além de abranger as atividades de divulgação educacional, cultural, pedagógica e de orientação profissional, sempre de acordo com os objetivos nacionais.

Art. 2º – Os programas de caráter recreativo, informativo ou de divulgação desportiva poderão ser considerados educativo-culturais, se neles estiverem presentes elementos instrutivos ou enfoques educativo-culturais identificados em sua apresentação.

Art. 3º – A radiodifusão educativa destina-se exclusivamente à divulgação de programação de caráter educativo-cultural e não tem finalidades lucrativas.

Art. 4º – O tempo destinado à emissão dos programas educativo-culturais será integral nas emissoras educativas, sem prejuízo do estabelecido no art. 28, item 12, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, no que couber.

Art. 5º – Para a outorga de concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão educativa, além da documentação prevista no Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, a entidade interessada deverá apresentar declaração, conforme modelo anexo a esta Portaria.

Art. 6º – Os executantes do serviço de radiodifusão educativa observarão sempre as finalidades educativo-culturais da sua programação.

Art. 7º – A renovação das concessões, permissões e autorizações só será deferida se, além das demais exigências da legislação específica de radiodifusão, forem cumpridas as condições estabelecidas no artigo anterior.

Art. 8º – As emissoras educativas não perderão esta característica essencial em razão de qualquer alteração na natureza jurídica das entidades executantes do serviço a que pertencam.

Art. 9º – A transferência da outorga não dará à emissora destinação diversa quanto à natureza de sua programação.

Art. 10 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as Portarias Interministeriais nº 832, de 8 de novembro de 1976, nº 162, de 20 de agosto de 1982 e nº 316, de 11 de julho de 1983 (LEX MAGISTER, 2019).

A portaria também fortaleceu que a radiodifusão educativa tem como destino principal a divulgação de programação de caráter educativo-cultural. Esse ponto as diferencia dos outros tipos de emissoras e dá, diretamente, os rumos de suas vocações básicas. É importante ressaltar, que na época desse dispositivo legal em questão não era preciso a realização de uma licitação para a outorga de emissoras comerciais, mas ainda assim era necessário haver uma publicação de edital.

De acordo com o proposto na portaria fica explícito que a política de concessões no Brasil é de se questionar, considerando que antigamente desde sua criação, há mais

de 80 anos, existe uma política de “jogos de interesses” e ainda há o fato de que a maior parte das rádios consideradas educativas são advindas de concessões destinadas a fundações diretamente ligadas a empresas privadas, prefeituras, ao Governo Federal, estaduais ou municipais e ainda as universidades. É de extrema importância que as emissoras de radiodifusão sonora, que atuem na modalidade educativa recebam a outorga para funcionamento em algum canal educativo.

1.1 – Fases do rádio educativo no nosso País

Segundo Marlene Blóis (2003) a caracterização das rádios educativas do Brasil se apresenta em seis fases diferentes. A primeira, ela chama de pioneira, vem do próprio advento da radiodifusão no Brasil entre o início das primeiras transmissões nacionais até o ano de 1927, tendo como marco e avanço para a segunda fase, a criação das rádios escolas. A segunda fase vai até o ano de 1940, sendo seus principais pontos a criação das primeiras rádios educativas. A terceira fase foi até 1966 com a expansão dessas emissoras além do eixo-comunicacional nacional (Rio de Janeiro e São Paulo). A quarta fase, vai até 1979, com as ações centralizadoras de utilização das rádios educativas para fins estatais. Esse período coincide com a Ditadura Civil-Militar. A quinta fase vai até o final do Século XX, com a inauguração de emissoras educativas em frequência modulada (FM) acompanhando o desenvolvimento tecnológico daquela época. E a sexta, e última fase, compreendendo o final do Século XX até os dias atuais se destaca com a ampliação de canais de rádio educativa e ainda de emissoras educativas via tecnologias atuais sedimentadas pela Internet.

1.2 Rádio Educativa X Rádio Comunitária

A radiodifusão educativa é o serviço de radiodifusão, tanto em frequência modulada (FM) quanto de sons e imagens (TV), que se destina à transmissão de programas educativos culturais, que atuam em conjunto com os sistemas de ensino, visando à promoção e ao fortalecimento da educação básica e superior, da educação permanente e da divulgação educacional, cultural, pedagógica e de orientação profissional. Esse é o ponto básico da legislação nacional para diferenciá-la de outros tipos de rádios. As outorgas de concessão, citadas, não podem possuir caráter comercial ou fins lucrativos. Para executar o serviço, é necessário estar de acordo com o artigo 41 da Lei Nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, em que trata sobre os direitos civis.

Já as rádios comunitárias são balizadas por outra Lei, a 9.612, de 19 de fevereiro de 1998. As emissoras comunitárias tem outros fins, apesar de também terem funções específicas. As principais diferenciações é que uma rádio comunitária tem espaço físico de atuação, geralmente com poucos quilômetros de raio de atuação. Uma rádio educativa pode alcançar centenas de quilômetros de atuação, podendo ter maior número de colaboradores. As rádios comunitárias são mais gerais em termos de conteúdos, trazendo todos os públicos, enquanto as educativas trabalham mais com a educação propriamente dita. As rádios comunitárias, segundo Orlando Berti (2017) são as emissoras radiofônicas nas, das e para as comunidades, muitas vezes vivenciando a educação, sim, mas também as lutas sociais.

Para se conseguir concessões dos dois tipos de emissoras é necessário adequar-se ao PNO – Plano Nacional de Outorgas, participar de publicação de edital de seleção pública, contemporaneamente socializado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Além disso as emissoras candidatas necessitam também passar por habilitação, seleção, instrução, momento de proclamação de resultado, obtenção de portaria de autorização, bem como fase externa em que a emissora vai ao ar para fase experimental. Consagrados os avanços, existem incertezas quanto aos rumos da radiodifusão educativa, depende em maior parte do Governo Federal e dos humores dos governos do momento.

Octávio Pieranti (2015) destaca que novas outorgas de serviços de radiodifusão “dependem de um estudo de viabilidade técnica realizado pela (Anatel) e, antes da sua criação pelo próprio ministério da comunicação ou pelos órgãos que o antecederam”.

A fiscalização das emissoras de rádio, seja qual for a modalidade, é responsabilidade da ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações. Mas, durante a visita de fiscalização a prioridade está ligada mais a questões técnicas. Contudo, não há fiscalização no que se refere ao cumprimento da Portaria Interministerial nº651, que trata do conteúdo da programação dos serviços de radiodifusão, que tem de ter finalidade exclusivamente educativa.

2 – O papel das emissoras radiofônicas educativas

O papel de uma emissora de rádio educativa é promover uma programação democrática, que resgate o sentimento da democracia e potencialize uma maior participação do público. A partir deste conceito, a rádio educativa tem o intuito de

educar, no real significado da palavra, propondo aos ouvintes algo que trasborde as barreiras do entretenimento, mas programas relacionados ao âmbito cultural, que somem em formação da cidadania e da realidade social. “As emissoras de rádio têm a incumbência de resgatar e fortalecerá o objetivo primeiro do Rádio brasileiro, que nasceu com o intuito educativo cultural” (ROLDÃO, 2006, p. 01). Esse papel exercido pelas rádios da modalidade educativa deve estar atrelado a cultura e a sua preservação, junto do seu significado educativo a valorização da identidade cultural, da linguagem da cidadania e da história sempre respeitando suas realidades.

O rádio é a história viva que se perdura ao longo dos séculos, sempre mantendo sua essência, ainda que o avanço das tecnologias dos meios de comunicação, devido a globalização, interfiram diretamente no seu uso. O rádio vai além, ele consegue quebrar barreiras, democratizar assuntos, criar e debater interesses, investigar e cobrar respostas de interesses sociais, e ainda aproximar pessoas, culturas e a realidade, e somando -se a tudo isso um dos seus papéis fundamentais, o de ensinar.

Entre a quantidade contemporânea de tipos de emissoras de rádio, as educativas têm um papel crucial na democratização da educação. Leva-se em conta a educação como instrumento transformador e evolutivo, aos moldes das questões de Paulo Freire (1997; 2013a; 2013b; 2014) no sentido da própria emancipação por meio da educação.

Não que essa interface seja exclusiva das educativas, visto que ser um meio (ou que deveria ser) de Comunicação Social, já transpassa por si só seu poder e papel social de promover a educação e a cidadania. No caso das rádios educativas esse papel é constitucional e sua função deve transpassar o simples ato de ser instrumento de órgãos educativos ou de laboratórios de escolas e universidades, mas sim, fundindo-se com os ideais comunitários e sociais, promover muito mais cidadania.

3 – As rádios educativas do Piauí – a construção do perfil dos veículos de radiodifusão sonora educativos no território piauiense

Completados 20 anos da legislação sobre rádios educativas no Brasil, existiam no Piauí até o meio do ano de 2019 a quantidade de 18 rádios emissoras autorizadas a funcionar sob a tutela da nomenclatura e ação como educativa. O acompanhamento dessas emissoras é feito desde o segundo semestre de 2018 com finalização no meio de 2019. Dessa quase duas dezenas de emissoras autorizadas a funcionar somente seis, 33% – um terço – (como mostra a Tabela 1), estavam funcionando plenamente no Piauí.

TABELA 1 – PERFIL DAS RÁDIOS EDUCATIVAS AUTORIZADAS A FUNCIONAR NO PIAUÍ ATÉ O MEIO DO ANO DE 2019

Nome da cidade que tem canal educativo	Distância da capital	Região do Piauí que está inserida	Frequência autorizada	Status atual
Acauã	483 Kms	Sertão Central	89,3 MHz	Não funciona
Barras	127 Kms	Norte do Piauí	105.9 MHz	Não funciona
Campo Maior	85 Kms	Sertão Norte	98. MHz	Não funciona
Campo Maior	85 Kms	Sertão Norte	105.1 MHz	Não funciona (Canal vago)
Caridade do Piauí	464 Kms	Sertão Central	89.7 MHz	Não funciona (Canal vago)
Curimatá	747 Kms	Extremo Sertão Sul	88.7 MHz	(Canal Outorgado – aguardando licenciamento)
Dom Inocêncio	624 Kms	Sertão Sul	88 5 MHz	Não funciona (Canal vago)
Floriano	248 Kms	Oeste	105.9 MHz	Não funciona (Canal vago)
Jacobina do Piauí	446 Kms	Sertão Central	89.5 MHz	Não funciona (Canal vago)
Marcolândia	413 Kms	Sertão Central	89.9 MHz	Não funciona (Canal vago)
Oeiras	282 Kms	Sertão Central	106.1 MHz	Funciona Regularmente
Parnaíba	339 Kms	Litoral	105.1 MHz	Não funciona (Canal vago)
Picos	314 Kms	Sertão Central	104.3 MHz	Funciona Regularmente
Piripiri	165 Kms	Sertão Norte	106.1 MHz	Não funciona (Canal vago)
São Raimundo Nonato	522 Kms	Sertão Sul	105.9 MHz	Funciona Regularmente
Sigefredo Pachêco	165 Kms	Sertão Norte	89.1 MHz	Não funciona (Canal vago)
Teresina	0 Km	Capital	107.9 MHz	Funciona Regularmente
União	65 Kms	Grande Teresina	106.5 MHz	Funciona Regularmente

FONTE: CONSTRUÇÃO PRÓPRIA DOS AUTORES DESTA TABELA COM DADOS DA ANATEL (2019).

Luta-se muito no Brasil para ter-se um canal de rádio, pois sabe-se que esses canais são essenciais para a democracia e socialização de ideias. E quando ele é educativo essa luta é mais hercúlea, visto que, assim como uma rádio comercial, uma rádio educativa não tem especificamente área de abrangência para irradiar seus sinais. Mas a responsabilidade é mais premente, dadas as expectativas do próprio status educativo na transformação de uma cidade ou região. Sua potência é definida sobre o quanto quer atingir, levando-se em conta de financeiramente vale a pena atingir áreas

maiores, já que quanto mais longe ela chega suas despesas também ficam muito onerosas. Essa é uma vantagem em relação às rádios comunitárias que, por conta da Lei, têm área de atuação definida em poucos quilômetros de raio e abrangem mais comunidades geográficas, enquanto as rádios educativas têm o poder de abranger regiões geográficas inteiras.

No caso das emissoras do Piauí a distribuição da autorização das 18 emissoras não é equânime acerca de todo o estado. A cidade de Campo Maior (sétimo mais populoso do estado), por exemplo, tem dois canais autorizados. Enquanto isso 92,41% dos 224 municípios do Piauí não tem canais educativos radiofônicos. Se atentarmos para esse número acerca das emissoras que funcionam passa dos 95%.

Das seis rádios educativas em funcionamento até o meio de 2019, três delas, ou seja, metade, têm ligação direta com a Igreja Católica Apostólica Romana (as rádios educativas das cidades de Oeiras, Picos e São Raimundo Nonato, ligadas às dioceses daquelas cidades). A rádio educativa da cidade de Teresina, capital do estado, é mantida pela Prefeitura Municipal. E as rádios das cidades de Curimatá e União são mantidas por fundações privadas, com forte ligação à grupos político-partidários.

De acordo com os dados coletados pelos autores deste trabalho, nota-se que as programações das rádios educativas que até momento da finalização da pesquisa (final de junho de 2019) em questão funcionam, o caráter religioso e cultural, bem como há a ausência de programações infantis, um paradoxo para uma programação de uma emissora de rádio educativa, como aponta Liana Milanez (2007). A grande parte dos funcionários dessas emissoras, principalmente as ligadas à Igreja Católica, é composta por colaboradores não remunerados. Apenas na rádio educativa de Teresina uma parte do quadro é de servidores efetivos aprovados em concurso público. Nas outras emissoras os colaboradores remunerados geralmente trabalham no sistema de cotistas: vão atrás de anúncios e dividem esses valores com a emissora.

Não há pesquisas específicas para aferir a audiência dessas rádios educativas, mas nota-se que nas regiões em que estão instaladas atuam como protagonistas, notadamente em questões de programações locais, já que têm poucas concorrentes radiofônicas. Contemporaneamente a maior concorrente de uma emissora de rádio no Piauí, é a Internet, notadamente com os compartilhamentos de conteúdos via redes sociais e pelos sites e blogs locais e regionais. A exceção é a capital, que tem forte presença televisiva local e também tem forte elemento concorrencial da Internet.

4 – Pontos e contrapontos das rádios educativas no Piauí. Consequências do perfil

A maior dificuldade de se pesquisar sobre as emissoras de rádios educativas no Piauí é estabelecer um contato entre a emissora e o pesquisador(a). A maioria das rádios ainda que estejam com a situação regular, funcionam em parceria com fundações privadas, e isso reflete diretamente na hora dos responsáveis fornecerem informações sobre o funcionamento e até curiosidades das mesmas. A maior parte dos dados coletados foram através de ligações, e-mails e mensagens de textos, que iam do diretor das respectivas rádios até de ouvintes e na maiorias das vezes também eram voluntários que trabalhando nas mesmas.

Atuar na modalidade de rádio educativa no estado do Piauí, tem lá suas dificuldades, que vai além da estrutura física até a sua mantenedora, maioria das emissoras pesquisadas, sobrevive de doações e de voluntários, o que justifica muitas serem diretamente ligadas a fundações das igrejas católicas das cidades, o que na opinião de alguns funcionários das respectivas rádios, não ser suficiente para a manutenção das mesmas.

As rádios educativas do interior do estado, sofrem escassez de pessoal, uma das maiores reclamações ao longo da pesquisa, o dinheiro destinado a emissoras muitas vezes só é bastante para a manutenção da rádio em si, e isso acaba fazendo com que o seu funcionamento seja limitado. Os funcionários, como já citado, são voluntários, ou funcionários das igrejas que ajudam as emissoras, algumas contam também com doações de estabelecimento locais e de arrecadação de doações durante campanhas em momentos importantes da cidade.

O que se pode observar ainda, é que apesar das dificuldades de as emissoras serem muitas e os repasses e doações serem poucas, a qualidade dos serviços e a dedicação do pessoal que trabalham nas mesmas, é de qualidade e não deixa a desejar. Como eles mesmos dizem “conseguimos fazer milagres, com muito pouco”. Ou seja, um ponto a ser levado em conta é que o profissionalismo não é um dos pontos na emissão comunicacional das rádios educativas do Piauí. Com exceção da rádio educativa de Teresina, a única que tem jornalistas concursados, somente a rádio educativa da cidade de Picos conta com profissionais formados em Comunicação Social em seus quadros.

A prioridade é levar informação de qualidade de maior compreensão e alcance possível ainda que as circunstâncias não colaborem para isso.

Diferente das demais emissoras do estado, que atuam em função do jornalismo informativo, e são sustentadas por redes privadas ou por políticos, ainda que não esteja explícito. A linha editorial também é totalmente diferente, considerando que a audiência compete com os outros meios de comunicação da estado, e tem suas características distintas das modalidade de rádio educativa ou comunitária, que tem como prioridades prestar serviços a comunidade em geral e fornece apoio na educação. Essa comparação demonstra a importância de haver mais emissoras de rádios com caráter realmente educativo e comunitário. Pois o conceito das mesmas se evidencia o fato de ter somente como referência às formas de concessões, mas principalmente, a construção da programação, o público a ser atingindo e claro, o conteúdo.

4.1 – Necessárias reflexões

As reflexões se dão a partir dos resultados da coleta de dados da pesquisa, mas, principalmente da experiências obtida no contato com as respectivas rádios, cada uma contém sua particularidade, seja da programação até as questões financeiras, o que também chama a atenção, é que além de tudo, são apontados os diversos problemas não resolvidos, além dos questionamentos sobre as perspectivas futuras das rádios. Esse ponto também é chave sobre o entendimento porque há dois terços de canais autorizados a funcionar e eles estão de portas fechadas. A principal resposta: não há dinheiro para montar a emissora.

É possível que o rádio tenha seu papel educativo estendido mais adiante, que as emissoras de modalidade realmente educativas possivelmente alternativas na programação, que o serviço seja utilizado de fato como instrumento na democratização do saber, com o foco em contribuir na formação da cidadania como um todo e na construção da realidade social em uma base sólida, e ainda assim alcançar o interesse da população em geral, considerando que o educativo não exclui o popular, mas que a união dos dois públicos acarretam em bons e reais resultados, que reflitam e impactem de forma positiva a realidade na qual estão inseridos. Considerando que uma rádio educativa que se preze, é imprescindível a divulgação de todos os tipos de músicas, programas culturais e educativos e ainda a informação e a prestação de serviços, ou seja, inserir em cada programa conteúdos educativos, pois a diferença está na forma em que o conteúdo é repassado, e não na sua separação dos demais. Mas este é um processo que depende de cada emissora, cidade e ou região e realidade em que ela está inserida.

[...] A natureza da vinculação de uma emissora de rádio não pode ser o indicador a nortear a linha de conduta da emissora, que precisa manter uma posição inventa é ética, compromissada com a informação e a formação do público ouvinte, com a construção da cidadania de quem escolhe como meio de comunicação e de informação, de elo com comunidade próxima ou distante (BLÓIS, 2003, p.10).

Quando se põe em pauta a discussão do que deve ser o papel educativo da rádio, surgem aí uma das suas dificuldades, a produção de um conteúdo e uma programação que se encaixe de fato no significado desse papel. O rádio, pode ser usado como um instrumento na construção desse passe.

Qual o futuro das emissoras atuais em funcionamento? E as que não estão em funcionamento? As tecnologias atuais instigadas pela Internet as suplantarão? Continua-se evocando que o problema não está no meio, mas sim como o meio chega ao público e as rádios educativas têm uma possibilidade maior de chegar, pois têm o dever educacional de atingir esses públicos. Com o dever em voga, falta a atuação. É dela que espera-se para as respostas desses questionamentos.

Considerações

O presente artigo relatou um pouco da história da radiodifusão no Brasil e um pouco de suas interfaces no Piauí. Dentro dessa historicidade encontramos as questões as outorgas e das burocracias estatais, além disso da própria questão de 66% das emissoras de rádio educativas autorizadas a funcionar no Piauí não funcionarem.

A questão da legislação com portarias e artigos explicando o que é necessário para que uma rádio de modalidade educativa funcione de forma regular e de acordo com os planos de concessão o que se tem o que se pode afirmar é que ainda há diversos problemas tanto históricos quanto atuais na radiodifusão educativa a serem resolvidos. O primeiro deles, como já citado anteriormente, é a manutenção das mesmas tanto dos espaços físicos quanto à questão financeira e de profissionais capacitados para atuar nesse tipo de rádio exercendo o real papel de rádio educativa. Uma das soluções pode ser o fechamento de parcerias com ONGs e instituições acadêmicas. No caso do Piauí temos cursos de Comunicação e Jornalismo na capital e na cidade de Picos (no Sertão Central). Um desafio seria o que é produzido nesses cursos também serem compartilhado com as rádios educativas e ainda serem lugares de estágios e feitura de programas emblemáticos. A Academia tem material laboratorial suficiente para ser

compartilhado com essas emissoras. Cabe a indagação necessária se existem parcerias. Na maior parte dos casos, não! As parcerias poderiam ser mais incentivadas.

Outro ponto a ser observado é que a vinculação da programação das emissoras educativas citadas no artigo em funcionamento contemporaneamente no Piauí são de formações religiosas, notadamente da Igreja Católica Apostólica Romana. Observa-se que não há uma regulamentação ou fiscalização de fato no conteúdo das rádios o que se sabe do ponto de vista da legislação rádio consideradas educativas devem ter programação exclusivamente voltada para educação e ainda são autorizadas a partir de concessões destinadas exclusivamente a Fundações ligadas a empresas privadas universidades governos estaduais ou municipais prefeituras. Ou seja a emissoras estatais ou públicas mas o fato de a emissora está ligada a público programação tenha o cunho exclusivamente educativo o que exemplifica o citado acima. Vale ressaltar também de acordo com as tabelas apresentadas que apesar de terem a programação com o slogan educativo ela já terem totalmente a linha religiosa.

Fica claro então que quando se refere ao conceito de rádio educativa não devemos pegar como referência apenas a sua forma de concessão mas o seu conteúdo e a forma como ele é repassado o rádio é evidentemente um instrumento de educação para ensinar. Com isso devemos buscar o exercício da democracia apontado para o interesse público como complementar na ajuda do processo de educação formal.

Consagrados os avanços ainda existem desafios e dificuldades a serem enfrentados quanto aos rumos desta modalidade de rádio doem para construção da Cidadania que a intenção delas vai além do que vem sendo imposto pelos veículos de comunicação que restringe a cidadania apenas o conhecimento de direitos e deveres é necessário ir além e trazer a vai trazer a partir dessa pesquisa resultados e respostas para aqueles que tanto necessitam de fato de uma rádio Educativa principalmente na sua formação moral e intelectual.

Entremeio a essas perspectivas temos a certeza que, ao menos em termos acadêmicos, respondemos a pergunta inicial deste artigo: pudemos incomodar e mostrar que a universidade está fazendo algo em prol da sociedade.

Referências utilizadas

ANATEL – AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES. **Lista das rádios educativas autorizadas a funcionar no Piauí.** Disponível em: <<http://sistemas.anatel.gov.br/se/public/view/b/srd.php>>. Acesso em: 29.jun.2019.

AVELAR, Liara. **O Rádio Educativo no Brasil: de Roquette-Pinto a Luiz Inácio Lula da Silva**. Florianópolis: Anais do II Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho, 2004.

BAUDRILLARD, Jean. Simulacros e Simulação. Lisboa: Relógio D'Água, 1991.

BERTI, Orlando Maurício de Carvalho. **Processos comunicacionais nas rádios comunitárias do sertão do Nordeste brasileiro na internet**. (Tese de Doutorado). São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2014.

_____. **Rádios comunitárias e direitos humanos: o caso da rádio Serra FM: desafios e atitudes do fazer comunicação comunitária em um dos municípios de menor IDH do País**. Niterói: Revista Mídia e Cotidiano, v.11, n.1, 2017, pp.30-45.

BLOIS, Marlene. **Rádio educativo no Brasil: uma história em construção**. Belo Horizonte: Anais do XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/125264023715941274770374088408981912085.pdf>>. Acesso em: 10.mar.2019.

BRASIL. **Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9612.htm>. Acesso em: 01.mar.2019.

_____. **Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10406.htm>. Acesso em: 01.mar.2019.

FERRARETTO, Luiz Artur. **Rádio: o veículo, a história e a técnica**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2000.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação**. São Paulo: Paz e Terra, 2013a.

_____. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

_____. **Pedagogia da Solidariedade**. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 2013b.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Dados sobre o Piauí**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pi/.html>>. Acesso em: 28.jun.2019.

LEX MAGISTER. **Portaria Interministerial N° 651, de 15 de abril de 1999**. Disponível em: <http://www.lex.com.br/doc_345250_PORTARIA_INTERMINISTERIAL_N_651_DE_15_DE_ABRIL_DE_1999.aspx>. Acesso em: 14.abr.2019.

MILANEZ, Liana (org). **Rádio Mec: herança de um sonho**. Rio de Janeiro: ACRP, 2017.

PIERANTI, Octavio Penna. **Mudança de rumo na radiodifusão educativa: estabelecimento de regras para novas outorgas e implementação de uma política de massificação do serviço (2011 -2016)**. Revista Eptic, v.18, n.3, 2016, pp.19-35.

ROLDÃO, Ivete Cardoso do Carmo. **O Rádio Educativo no Brasil: uma reflexão sobre suas possibilidades e desafios**. Brasília: Anais do XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/63792771238655572678550118879465501512.pdf>>. Acesso em: 30.mar.2019.